

Filipa Riacho

De: Solicitador Valter [valter.mfm@gmail.com]
Enviado: quarta-feira, 4 de maio de 2016 17:20
Para: CAAJ - Correio Oficial
Assunto: Contributo com vista à fixação do número máximo de processos executivos a designar a agentes de execução e sociedades de agentes de execução

Exmos Srs

CAAJ

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO
DOS AUXILIARES DE JUSTIÇA
Entrada / 2100/2016
Processo Nº 37/2016
Data 04/05/2016

Serve o presente, para no seguimento do pedido de contributos para o projeto da Comissão Para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça (CAAJ), com vista à fixação do número máximo de processos executivos a designar a agentes de execução e sociedades de agentes de execução, nos termos do Aviso n.º 5523-A/2016, publicado no 1º Suplemento, Série II do Diário da República de 2016-4-28, para em primeiro lugar congratular a tomada de posição relativamente a esta situação, pois a situação está a tornar-se insustentável de ano para ano, com a concentração de 90% dos processos executivos em 3 ou 4 Agentes de execução / Escritórios a Nível Nacional;

Como V. Exas. já bem sabem à colegas que chegam ao final do ano com poucas dezenas de processos e outros com vários milhares, situação esta que é totalmente inadmissível;

Pois que foram abertos sucessivos cursos de agentes de execução, com vista a melhorar a actual tramitação da acção executiva, não obstante com a viciação das nomeações toda esta situação se manteve inalterada e injustificadamente o que é de lamentar, muitos colegas abandonaram o exercício da profissão devido ao facto de a mesma não ser rentável, quando em outros casos é absurda a facturação anual.

Toda esta situação necessita de ter efectivamente uma intervenção bem feita, mas no meu parecer a questão da contingentação é uma solução, mas não a unica solução, pois que deve existir a suspensão de nomeação em novos processos, nos escritórios que têm milhares de processos até que os mesmos passem a valores aceitáveis e equitativos em comparação com os restantes colegas;

Deverá ser também ser publicada uma lista publica onde consta o desempenho de cada agente de execução, em termos estatísticos de recuperação para que haja uma transparência do que é bom e mau e muito mau;

E como não poderá deixar de ser a provisão fase 1 deve ser fixada para todos os agentes de execução, pois não há motivos para que deva ser diferente, só se justifica mesmo para os grandes litigantes;

Como esta matéria é muito extensa e dá para nos direccionarmos em diversos pontos, vou deixar por aqui o meu pequeno contributo, no sentido de tentar ser útil;

Ficando a aguardar breves e prezadas noticias,

Sem mais de momento e na expectativa de continuar a merecer a confiança de V. Exa., apresento respeitosos cumprimentos

O Agente de Execução

Válter Moura
C.P. 4985

Telf: 229 371 666;

Fax: 229 388 272

Telm: 968 248 489

Telm: 916 111 062

A Execução Célere e Eficaz Existe
Não Procure... Encontre...

No dia 4 de maio de 2016 às 12:47, Conselho Geral <c.geral@solicitador.net> escreveu:



Prezadas e prezados colegas,

No passado mês de abril, merece grande destaque o Aviso n.º 5523-A/2016, publicado no 1º Suplemento, Série II do Diário da República de 2016-4-28.

Trata-se de um projeto da Comissão Para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça (CAAJ), com vista à fixação do número máximo de processos executivos a designar a agentes de execução e sociedades de agentes de execução, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 167.º do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, aprovado pela Lei n.º 154/2015, de 14 de setembro.

Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o aludido projeto foi submetido a consulta pública, para recolha de contributos, pelo período de 30 dias. As respetivas sugestões devem ser apresentadas dentro do período acima referido, através de requerimento dirigido à CAAJ, remetido via postal para a morada da sede ou por correio eletrónico para o endereço caaj@caaj.pt.

Leis

Assembleia da República

Lei n.º 8/2016 - D.R. n.º 64/2016, Série I de 2016-04-01

Procede à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, restabelecendo feriados nacionais. [Saiba mais...](#)

Lei n.º 11/2016 - D. R. n.º 65/2016, Série I de 2016-04-04

Reposição dos complementos de pensão no sector público empresarial. [Saiba mais...](#)

Decretos-Lei

Finanças

Decreto-Lei n.º 18/2016 - D. R. n.º 72/2016, Série I de 2016-04-13

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016. [Saiba mais...](#)

Decreto-Lei n.º 20/2016 - D. R. n.º 77/2016, Série I de 2016-04-20

Procede à 41.ª alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, visando conferir aos acionistas de instituições de crédito a possibilidade de reavaliarem periodicamente a justificação dos limites estatutários. [Saiba mais...](#)

Portarias

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria n.º 67/2016 - D. R n.º 64/2016, Série I de 2016-04-01

Define a idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da segurança social em 2017 e o fator de sustentabilidade para 2016 e revoga a Portaria n.º 277/2014, de 26 de Dezembro. [Saiba mais...](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria n.º 93/2016 - D. R. n.º 75/2016, Série I de 2016-04-18

Aprova o novo Modelo RC 3048-DGSS designado Anexo SS e as respetivas Instruções de Preenchimento e revoga a Portaria n.º 284/2014, de 31 de dezembro. [Saiba mais...](#)

Acórdãos

Tribunal Constitucional

Acórdão n.º 76/2016 - D. R. n.º 67/2016, Série II de 2016-04-06

Julga inconstitucional a norma contida no n.º 1 do artigo 257.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de julho (dever de comunicação dos acidentes de trabalho às autoridades administrativas que é imposto aos empregadores). [Saiba mais...](#)

Acórdão n.º 680/2015 - D. R. n.º 82/2016, Série II de 2016-04-28

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 772.º, n.º 2, do anterior Código de Processo Civil, na parte em que estabelece um prazo de cinco anos sobre o trânsito em julgado da decisão, e cujo decurso preclui a interposição do recurso extraordinário de revisão, com o sentido de «excluir totalmente a possibilidade de, através da realização de exames científicos, se obter a revisão de uma sentença que declarou a paternidade do réu com recurso a mera prova testemunhal». [Saiba mais...](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2016 - D. R. n.º 74/2016, Série I de 2016-04-15

Os imóveis construídos por empresa de construção civil, destinados a comercialização, estão excluídos da garantia do privilégio imobiliário especial previsto no art. 377.º, n.º 1, al. b), do Código do Trabalho de 2003. [Saiba mais...](#)

Pareceres

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Parecer n.º 2/2016 - D. R. n.º 75/2016, Série II de 2016-04-18

Cumprimento e recusa de atos requeridos ao abrigo de pedidos de auxílio judiciário internacional em matéria penal. [Saiba mais...](#)

Declarações de Retificação

Assembleia da República

Declaração de Retificação n.º 4/2016 - D. R. n.º 76/2016, Série I de 2016-04-19

Declaração de retificação à Lei n.º 5/2016, de 29 de fevereiro, que «Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva 2015/121/UE, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015». [Saiba mais...](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Declaração de Retificação n.º 5/2016 - D. R. n.º 78/2016, Série I de 2016-04-21

Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016, publicado no Diário da República, n.º 72, 1.ª série, de 13 de abril de 2016. [Saiba mais...](#)

Avisos

Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral

Aviso n.º 5248/2016 - D. R. n.º 79/2016, Série II de 2016-04-22

Taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 01 de maio de 2016. [Saiba mais...](#)

Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça

Aviso n.º 5523-A/2016 - D. R. n.º 82/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-04-28

Projeto com vista à fixação do número máximo de processos executivos a designar a agentes de execução e sociedades de agentes de execução, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 167.º do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, aprovado pela Lei n.º 154/2015, de 14 de Setembro. [Saiba mais...](#)

Outros

Folheto Informativo sobre a Declaração de Retenções na Fonte e Guias de Pagamento Modelos P1 e

P2

Saiba mais...

Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução © 2016
Rua Artilharia 1, n.º 63 | 1250-038 Lisboa | Tel. 213 894 200 / Fax. 213 534 870

Caso não pretenda receber esta *Newsletter*, bastará responder a este e-mail.

This email was sent from geral@osae.pt
[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)